

PARA COMPOR HISTÓRIAS: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE MATEMÁTICA NO RIO GRANDE DO NORTE (1920 a 1980)¹

DOI: <https://doi.org/10.33871/22385800.2020.9.18.263-287>

Marcelo Bezerra de Morais²

Resumo: Neste artigo, temos a intenção de apresentar uma versão histórica sobre a formação dos professores que ensinavam matemática no Rio Grande do Norte, com foco nos processos formativos que ocorreram antes e durante o período de criação dos quatro mais antigos cursos superiores que habilitavam professores em Matemática nesse Estado – criados entre 1966 e 1980. Para isso, apresentamos os contextos e referenciais que fundamentam a operação historiográfica que possibilitou esse texto, bem como nossas opções teórico-metodológicas que resultaram na análise documental aqui descrita e na narrativa histórica apresentada. Essa pesquisa, inserida em uma proposta de amplo espectro do Grupo História Oral e Educação Matemática, apresenta como apontamentos a forte carência de profissionais, a urgência de cursos formadores e os contextos históricos nos quais os cursos em nível superior vão sendo criados e passam a atender essas demandas.

Palavras-chave: História da Educação Matemática; Narrativas; Análise documental; Historiografia.

TO COMPOSE HISTORIES: A DOCUMENTARY ANALYSIS ON THE TEACHERS MATHEMATICS EDUCATION IN RIO GRANDE DO NORTE, BRAZIL (1920 a 1980)

Abstract: In this article, we intend to present a historical version about the formation and performance of teachers who taught mathematics in Rio Grande do Norte state of Brazil. Focusing on the formative processes that occurred before and during the period of creation of the four oldest courses that qualified teachers in mathematics in this state - created between 1966 and 1980. For this, we present the contexts and references that base the research that enabled this text, as well as our theoretical methodological options that resulted in the documentary analysis described here and in the historical narrative presented. This research, part of a broad-spectrum proposal of the Oral History and Mathematics Education Group, presents as notes the strong lack of professionals, the urgency of instruction classes and how higher level courses are being created and meet these demands.

Keywords: History of Mathematics Education. Narratives. Documentary analysis. Historiography.

Introdução

É crescente, no campo da Educação Matemática, um nicho de estudo que trata da historiografia dos processos vividos nesse amplo campo de reflexões e pesquisas, o que tem ficado conhecido como a História da Educação Matemática (GARNICA, 2015). Dentre as inúmeras temáticas pesquisadas por este nicho, está a historiografia da formação dos professores que ensinam matemática, o que é, há muito, problematizado em pesquisas no meio acadêmico. O Grupo de Pesquisa História Oral e Educação Matemática (Ghoem), por

¹ Esse texto é decorrente de duas pesquisas que receberam apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (processos nº 2011/04727-7 e 2014/05379-0 - FAPESP).

² Doutor em Educação Matemática (Unesp/Rio Claro). Professor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e do Programa de Pós-Graduação em Ensino (POSENSINO – UERN/UFERSA/IFRN). Membro do Grupo História Oral e Educação Matemática (Ghoem). E-mail: morais.mbm@gmail.com

exemplo, desenvolve, há quase duas décadas, pesquisas que tematizam a formação de professores de matemática a partir de operações historiográficas. A soma desses esforços coletivos resulta de um projeto interinstitucional do Ghoem que intenta mapear simbolicamente a história sobre a formação e atuação de professores de matemática nos diversos rincões do Brasil³.

Longe de ser um projeto que visa delimitar ou definir padrões de formação ou abarcar as múltiplas possibilidades de processos formativos que acontecem e/ou aconteceram no país, temos a intenção, com este projeto, de perceber as multiplicidades e pluralidades de vivências que ocorrem sobre a égide do acontecimento “formação de professores de matemática” (GARNICA; FERNANDES; SILVA, 2011; GARNICA, 2014, 2019).

Inseridos neste contexto, temos realizado pesquisas tematizando esse evento no Estado do Rio Grande do Norte – RN (MORAIS, 2012, 2017). De um modo irrestrito, nossas pesquisas tiveram como objetivo compreender e elaborar versões históricas sobre a formação e atuação dos professores de matemática no Rio Grande do Norte. Neste artigo, em particular, desejamos apresentar uma dessas narrativas históricas, com foco nos processos formativos que ocorreram antes e durante o período de criação dos quatro mais antigos cursos superiores que habilitavam professores em Matemática nesse Estado – criados entre 1966 e 1980⁴.

Essa proposta surge a partir das seguintes perguntas de pesquisa: qual formação possuíam os professores que lecionavam nas mais diversas regiões do Estado do Rio Grande do Norte (RN), antes da existência da rede de cursos formadores que se tem hoje? Como funcionaram os primeiros cursos de formação nesse estado? Quais outros cursos existiram no Estado e em seu entorno para formar professores? Como se deu o processo de instalação dos primeiros cursos de formação superior para professores de matemática no RN?

Nessas pesquisas, optamos por agir metodologicamente segundo os pressupostos da História Oral que vem sendo elaborados pelo Ghoem⁵. Assim, poderíamos, em síntese, apontar algumas compreensões que partilhamos sobre a História Oral que é, para nós, uma

³ Este projeto é intitulado “Mapeamento da Formação de Atuação de Professores de Matemática no Brasil”, tem coordenação geral do professor Antonio Vicente Marafioti Garnica, docente da Universidade Estadual Paulista (Câmpus Bauru e Rio Claro), e está em desenvolvimento desde o ano de 2002. Para maiores informações sobre o projeto, ver: Garnica, Fernandes e Silva (2011) e Garnica (2014; 2019).

⁴ A saber, o mais antigo dos cursos potiguaras é o da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), cuja criação data do ano de 1966. Em 1974 é criado o primeiro curso no interior, pela atual Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), em Mossoró. Os dois últimos cursos a serem criados, dentre os quatro selecionados, foram os de Ciências, com habilitação em Matemática: em Caicó (1979) pela UFRN e em Patu (1980) pela UERN.

⁵ Há um amplo repertório de trabalhos que os membros do Ghoem vêm produzindo, nos quais deixamos explícitos os pressupostos de trabalhos desse grupo. Todos esses trabalhos podem ser acessados no site do grupo: www.ghoem.org. A título de referências elementares, podemos indicar Garnica, Fernandes e Silva (2011) e Garnica (2007; 2008; 2014; 2019).

metodologia de pesquisa qualitativa, e, por isso, uma união indissociável de modos de proceder com teorias que os sustentam, que definem os rumos a seguir, que guiam determinadas ações e fazem pensar sobre essas ações.

Essa é uma metodologia que possibilita lidar com narrativas de sujeitos que viveram os eventos que se pretende estudar, sendo, talvez esse, um dos principais motivadores de nossa opção por trabalhar com esse método para realizar operações historiográficas: permitir contatar indivíduos ligados por acontecimentos em comum, que, por tê-los vivido e experienciado, fornecem diferentes perspectivas para o entendimento do passado, possibilitando criar e conhecer versões, por vezes distintas ou desconhecidas, sobre o tema que se pretende estudar.

A História Oral viabiliza o uso de fontes orais, mas não exclui a possibilidade de uso de outras fontes, ao contrário, julgamos de suma importância que, em operações historiográficas, possamos lançar mão de fontes diversas – pictóricas, iconográficas, escritas, entre outras – por possuírem distintas potencialidades e, com isso, possibilitar acesso a diferentes perspectivas históricas sobre o que se está tematizando.

Por fim, poderíamos ainda destacar o fato de compartilharmos a compreensão de que as fontes criadas e mobilizadas não são ingênuas, assim como também não o são as fontes documentais: todas são criadas com intenções e em dados contextos (GARNICA, 2008, 2014; ALBUQUERQUE JR, 2013).

Apesar de assumirmos o trabalho com a metodologia da História Oral e de mobilizarmos em nossas pesquisas fontes orais, neste texto apresentaremos uma versão histórica constituída a partir de um movimento de análise com foco apenas em documentos constituídos a partir de arquivos “primários”, muitas vezes ditos “oficiais”. Essa opção foi feita por produzirmos um amplo acervo documental, o qual poderia oferecer, por si, quando explorado, uma versão histórica sobre a formação de professores de matemática no RN.

Apresentadas essas compreensões preliminares, traremos, dando sequência a este artigo, algumas compreensões teóricas que embasaram o processo de desenvolvimento desta pesquisa; o processo de produção dos dados e de análise; a narrativa histórica constituída a partir dos documentos e; por fim, alguns apontamentos possíveis a partir da versão apresentada.

Algumas compreensões teóricas basilares

A perspectiva teórica que mobilizamos compreende a História como “reinvenção do

passado”, ou seja, como processo de lidar e registrar o passado, criando-o de outro modo, utilizando teorias e metodologias com essa intencionalidade, buscando tratar este passado a partir do presente e em suas múltiplas versões, considerando a natureza subjetiva e inventiva tanto dos sujeitos que narram tais processos quanto daqueles que criaram os documentos que oferecem os subsídios a esta prática (ALBUQUERQUE JR., 2009, 2013; GARNICA, 2013).

Corroboramos com Albuquerque Jr. quando nos diz que “o real – longe de ser o mais concreto, o mais passível de ser conhecido e apreendido; longe de ser algo que possui uma verdade que poderia ser compreendida – seria o que escapa à compreensão” (2009, p. 45), ou seja, não existe “uma realidade” passível de ser acessada e “recriada”. Assim, segundo entendemos, o objetivo da História não é contar “o real”, mas inventar plausivelmente uma perspectiva sobre dados acontecimentos (ALBUQUERQUE JR., 2009, 2011).

Nessa concepção de História, e como já apontamos, lançamos mão de fontes diversas que possam ser utilizadas para desenvolver uma pesquisa historiográfica e possibilitem produzir, ou sejam elas próprias, narrativas. Narrativas, para nós, são um “modo básico de pensar, de organizar o conhecimento e a realidade” (BOLÍVAR; DOMINGO; FERNÁNDEZ, 2001, p. 19), dito de outro modo, podemos compreender como uma forma de construir o mundo em nosso entorno, como se dá abstratamente a significação da vida, o que dependerá sempre das concepções culturalmente estabelecidas (BOLÍVAR; DOMINGO; FERNÁNDEZ, 2001; BRUNER, 1991, 2014).

Sendo a História resultante de narrativas, ela própria tendo essa natureza, defendemos que “não pode ser discurso de construção, mas de desconstrução, discurso voltado para compreender o fragmentário que somos” (ALBUQUERQUE JR., 2009, p. 87 e 88) e, portanto, deve ser um meio pelo qual buscamos problematizar a vida, desnaturalizar compreensões, questionando verdades cristalizadas, o que pode potencializar outras compreensões sobre os sujeitos e suas existências.

Nessa vertente, os documentos escritos (não oficiais) são vistos como uma fonte narrativa possível e não devem ser tomados como base de cotejamento com as verdades enunciadas em outros documentos (oficiais) ou tampouco o contrário deve acontecer. As perspectivas dos variados documentos oferecem subsídios para criar uma versão histórica plausivelmente estabelecida pelo pesquisador, o qual se alimenta antropofagicamente de todas as fontes que lhe são possíveis (GARNICA, 2015). Essas diferentes fontes não são cotejadas, mas tomadas “em conjunto”, e permitem conhecermos diferentes aspectos sobre o objeto tema do estudo. A esses pontos de vista (divergentes ou não) o pesquisador lança seu olhar, fazendo com que dialoguem, posto que cada fonte possibilita conhecer perspectivas variadas sobre

determinada situação (GARNICA; FERNANDES; SILVA; 2011).

Essas perspectivas bem se alinham a compreensão de metodologia que temos defendido, entendida não apenas como um conjunto de procedimentos ou técnicas, mas, sim, a indissociável articulação de procedimentos e teorias que os balizam. Entendido desse modo, percebemos pesquisa e metodologia como algo em trajetória, um constante estar em processo. Certamente lançamos mão de procedimentos que consideramos legítimos para produzir pesquisas historiográficas no campo de conhecimentos da Educação Matemática, “mas, além disso, trata-se de saber quais as potencialidades e os limites dessas ações, quais seus fundamentos, qual o terreno em que tais ações se assentam” (GARNICA; FERNANDES; SILVA, 2011, p. 233).

Assim, assumimos uma postura de estudo que trabalha com trajetórias em processo, com caminhos incertos, que vão se constituindo ao passo que se caminha (GARNICA; FERNANDES; SILVA, 2011), para isso, nos inspiramos na perspectiva do método cartográfico, que pretende “pensar a realidade através de outros dispositivos que não os apresentados tradicionalmente pelos discursos científicos, valorizando aquilo que se passa nos intervalos e interstícios, entendendo-os como potencialmente formados e criadores de realidade” (COSTA, 2014, p. 70), ou seja, desejamos produzir realidades a partir dos discursos, dos acontecimentos que por vezes nos escapam e, para isso, não há como predizer ou perfazer o que será encontrado ou quais, exatamente, os processos que serão adotados, pois esses se comporão ao longo do próprio processo.

Nessa direção, pesquisa, pesquisador e objeto de pesquisa vão se constituindo à medida que os acontecimentos vão ocorrendo, o que requer do pesquisador uma postura de análise e abertura aos processos, aos encontros, aos microacontecimentos, aos intervalos, ao intermezzo, que é onde a vida, os acontecimentos ganham velocidade (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 39).

Compreendemos, então, que esta pesquisa e metodologia, assim como qualquer outra, estiveram em processo constante de desenvolvimento. Com isso, mobilizamos uma teoria, seus entendimentos, seus procedimentos, para compreendermos, por meio dos documentos, em um processo de operação historiográfico, como ocorreu a formação dos professores de matemática no Rio Grande do Norte. A seguir, apresentaremos quais procedimentos foram adotados para a produção dos documentos aqui mobilizados e como estes foram analisados.

Movimentos de produção e análise das fontes documentais

A produção dos documentos aqui mobilizados aconteceu em diversos momentos e a partir de diferentes projetos (MORAIS, 2012, 2017). De modo sintético, buscamos arquivos em diversas instituições de ensino (dos diferentes níveis e com diferentes mantenedoras – instituições particulares, estaduais e federais), mas também em instituições que trabalham com história e memória (como museus, arquivos públicos, instituto histórico, laboratórios de pesquisa), em aparelhos públicos onde poderíamos ter acesso a arquivos documentais (bibliotecas, bases de dados etc.) e ainda com os sujeitos colaboradores de nossos estudos⁶.

Nessas instituições, ao explicar nossos objetivos e o que procurávamos, em muitas fomos informados que não existiam arquivos ou que os existentes não nos auxiliariam, não nos sendo permitido acessar os arquivos; em outras, fomos impedidos por reformas de infraestrutura ou reorganização dos acervos. Apesar de tudo isso, conseguimos constituir um amplo acervo documental a partir de diferentes fontes.

No município de Mossoró⁷, buscamos arquivos de algumas instituições de ensino da cidade, quais sejam: Escola Estadual Jerônimo Rosado (a mais antiga instituição pública da região em funcionamento – fundada em 1959 – onde está o arquivo da antiga Escola Normal de Mossoró, fundada em 1922) e Escola Técnica de Comércio União Caixeiral (fundada em 1935 e desativada em 2000, mas que mantém seus arquivos abertos para consulta), as quais possuem ricos acervos de documentos do período que se pretendia estudar, como Livros de Pontos; Livros de Registro de Títulos; Livros de Atas; Livros de Recorte do Diário Oficial; Planos de Aulas e Livros de Correspondência. Além desses, acessamos alguns pareceres emitidos sobre a criação e reconhecimento da atual UERN e do curso de Matemática dessa instituição, publicados na *Documenta*⁸ entre os anos de 1967 e 1987.

Na cidade de Caicó⁹, tivemos acesso aos seguintes acervos e documentos: no Colégio Diocesano Seridoense, relatórios que a escola enviou ao MEC entre as décadas de 1940 a 1980; na Escola Estadual Prof^a Calpúrnia Caldas de Amorim, fichas de cadastros de professores das décadas de 1970 e 1980; no Laboratório de Documentação Histórica da UFRN (Labordoc), edições publicadas do jornal *A Folha* – que circulou em Caicó entre 1954

⁶ Descrições detalhadas dos percursos traçados para acesso aos documentos que aqui serão descritos podem ser acessados em Moraes (2012; 2017).

⁷ Maior cidade do interior do RN, tanto demograficamente quanto geográfica e economicamente. Localizada a aproximadamente 280km da capital, Natal.

⁸ A Revista *Documenta* é uma publicação oficial do Conselho Federal de Educação que traz discussões, resoluções e/ou pareceres sobre instituições de ensino superior e seus cursos, bem como outros temas relacionados à educação. Mais informações sobre a *Documenta* ver, por exemplo, Martins-Salandim (2012).

⁹ Cidade polo da região do Seridó Potiguar. Localizada a aproximadamente 273 km da capital, Natal.

e 1965 –; e no arquivo do *campus* da UFRN, relatórios sobre a instalação do câmpus e, consequentemente, do curso de Matemática na cidade de Caicó.

Já relativo à região da cidade de Patu¹⁰, acessamos arquivos no Ginásio Comercial, no qual encontramos fichas de Relação de Professores entre os anos de 1969 e 1973 e um Livro de Registro do resultado final do exame de admissão do ano de 1971. Sem a possibilidade de acessar outros documentos, fizemos o registro da mais antiga placa de formandos do curso de Ciências (habilitação Matemática) existente no *campus* da UERN daquela cidade.

Na capital do estado, Natal, no Arquivo Público do Estado tivemos acesso a inúmeros arquivos sobre o Curso de Treinamento para Professores Leigos – entre os quais, relatórios, planos de curso, planos de aula, provas, fotos, listas de participantes – e Planos de Aplicação de Recursos para a área de Educação; no Instituto Presidente Kennedy acessamos o Livro de Posse de 1929 a 1945 da Escola Normal de Natal, e não sendo possível o acesso aos documentos da UFRN, registramos a mais antiga placa dos concluintes do curso de Matemática (bacharelado) existente.

Por fim, além desses arquivos e cidades, tivemos acesso a outros documentos em outras instituições: em Recife (PE), na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), lançamos mão de documentos sobre o Centro de Ensino de Ciências do Nordeste (CECINE)¹¹, alguns relatórios sobre o Curso de Licenciatura de Curta Duração em Ciências oferecido pelo CECINE entres os anos de 1972 e 1976; no município de Bauru (SP), visitamos o acervo de livros antigos do Ghoem, no qual analisamos todas as revistas *Documenta* publicadas entre os anos de 1962 e 1990¹², das quais extraímos algumas publicações.

Após o acesso a todos esses arquivos, procedemos à realização das análises. Sobre esse processo, é importante reiterar o que, aqui, entendemos por análise dos resultados, o que também vai ao encontro das pesquisas que temos produzido no Ghoem. Segundo Garnica, Silva e Fernandes (2010, p. 9), “não cabe ao pesquisador julgar as narrativas [...] já que estas funcionam como suportes para a história contada pelo pesquisador sobre o fenômeno pesquisado”. Compreendemos, com isso, que o objetivo da análise não é o julgamento do que há nos documentos, mas, sim, como que um “amarramento” de informações, sendo este, na verdade, constituído na narrativa do pesquisador que, por sua vez, considera as disposições do

¹⁰ Cidade localizada na região do Auto Oeste Potiguar, distante aproximadamente 317 Km da capital, Natal.

¹¹ A partir de pesquisas iniciais (MORAIS, 2012) sabíamos da importância dessa instituição para a formação de professores de Matemática no Rio Grande do Norte, pois isso a busca pelos arquivos dessa instituição.

¹² Foram analisadas todas as edições existentes no acervo do grupo, no qual não contam alguns poucos exemplares. A vacância, a saber, é dos números publicados entre março de 1972 e julho de 1974.

que leu nos documentos a que teve acesso.

Aquilo que conseguirmos notar nos documentos e nas outras narrativas que nos serviram para compor a nossa, ou seja, os aspectos tratados, consonantes ou dissonantes entre si, contribuíram para a constituição das compreensões que narramos. Para a elaboração dessa análise, mobilizamos a análise narrativa de narrativas, em que se elabora uma narrativa, a partir das outras, e diferente dessas, em que fica patente a subjetividade do sujeito que narra, mas também “as malhas das compreensões que ele retira de quaisquer fontes por ele julgadas potenciais contribuições para a compreensão de uma dada situação ou modo de narrar” (GARNICA, 2010, p.11; BOLÍVAR; DOMINGO; FERNÁNDEZ, 2001). É a narrativa resultante desse movimento de análise que apresentamos na sequência.

Uma versão histórica sobre a formação de professores de matemática no RN¹³

Devido a Proclamação da República do Brasil e a proposta de laicização do ensino, a Igreja Católica passa por um movimento de reestruturação institucional, iniciando um processo de formação e consolidação de uma extensa rede de escolas católicas em todo o território nacional. No Rio Grande do Norte, que não escapa a essa realidade, são criadas, ainda no início do século XX, uma série de instituições ligadas à igreja, tanto na capital do estado, como no interior.

Desse processo, por exemplo, são criados no interior do estado os Colégios Diocesano de Santa Luzia e Sagrado Coração de Maria, na cidade de Mossoró, e nos anos de 1925 e 1942, respectivamente, o Educandário Santa Terezinha e o Colégio Diocesano Seridoense, em Caicó. Nessas instituições, no geral, os alunos eram divididos segundo o gênero, ficando os meninos nos Diocesanos e as meninas nas outras duas instituições coordenadas por freiras. Em Caicó, contudo, como o Educandário Santa Terezinha foi, por um longo período, a única instituição confessional na região, pouco tempo depois de ser criada, nela passou a funcionar o ensino misto, embora tenha inicialmente matriculado apenas o público feminino (ARAÚJO; MARTINS; PAIVA, 2013).

Em Caicó, assim como nas instituições católicas de Mossoró, uma grande parte dos professores eram os religiosos que mantinham as escolas. Inicialmente, quase todas as professoras do Educandário Santa Terezinha eram freiras (ARAÚJO; MARTINS; PAIVA, 2013, p. 04) e, no Diocesano Seridoense, há uma forte presença de padres, embora decrescente com

¹³ Esse texto traz inúmeras referências ao “Tomo Travessias”, um dos volumes de nossa tese de doutorado (MORAIS, 2017), na qual todos os documentos aqui referenciados podem ser acessados.

o passar do tempo, entre os anos de 1948 a 1984¹⁴. A instalação de algumas instituições dessa natureza, como, por exemplo, o Santa Terezinha em Caicó, foi possível pela intermediação do Governo do Estado, durante o governo de José Augusto Bezerra de Medeiros no Rio Grande do Norte, que tentava atrair e auxiliar a implantação de instituições confessionais no interior do Estado (ARAÚJO; MARTINS; PAIVA, 2013).

Contudo, em relação à educação, a presença da igreja não ficava restrita a essas instituições citadas. Anos mais tarde, é possível perceber o ideário religioso católico presente não só nesses estabelecimentos mantidos diretamente pela igreja, mas também em instituições públicas, como é o caso da Escola Normal de Natal, do Instituto de Educação de Mossoró – instituição pública da cidade que agregava a Escola Normal, o Colégio Estadual, o Grupo Escola “Trinta de Setembro” e o Jardim de Infância Modelo, que, hoje, tem o nome de Escola Estadual Jerônimo Rosado – e da Fundação Universidade Regional do Rio Grande do Norte (FURRN)¹⁵.

A educação não era preocupação de ações apenas da igreja, pois, por iniciativa do Governo, também no início do século, são instaladas as primeiras Escolas Normais no Estado visando à formação de professores. A primeira a ser criada é a Escola Normal de Natal, pelo decreto 178 de 1908, que já havia passado por outras três tentativas de constituição (AQUINO; STAMATTO, 2006). Na década de 1920 é fundada a primeira delas no interior do estado, a Escola Normal Primária de Mossoró e, pelo decreto 2.468 de fevereiro de 1954, é autorizado o funcionamento da Escola Normal no Colégio Diocesano Seridoense, também passando a formar regentes, em nível ginásial, para atuar no ensino primário no interior¹⁶. Nesse mesmo período, início da década de 1950, também foram autorizados a criação e o funcionamento das Escolas Normais de Pau dos Ferros e Assú, formando professores em primeiro grau, nível ginásial, a exemplos de uma política que autorizou a instituição de quatorze dessas instituições no interior do estado¹⁷.

¹⁴ Ver as Relações de Professores encontradas nos relatórios enviados ao MEC entre os anos de 1948 a 1984 (dos *Registros A ao AD* no Tomo Travessias).

¹⁵ É possível ver, por exemplo, no Livro de Posse da Escola Normal de Natal que, no ano de 1938, o Monsenhor Alfredo Pegado de Castro Cortez tomou posse da cadeira de matemática daquela instituição (*Registro AJ* no Tomo Travessias); em uma Lista dos professores do Colégio Estadual de Mossoró, do ano de 1960, nomes de padres e cônegos (*Registro AE* no Tomo Travessias); em pareceres que tratam da FURRN, publicados na *Documenta* (1967; 1987), é possível encontrar nomes de padres na composição de corpos docentes.

¹⁶ Ver a publicação nº 1 do Jornal *A Folha* no Tomo Travessias (*Registro AZ*), que traz a autorização de funcionamento.

¹⁷ Para maiores informações sobre essa expansão do ensino Normal no Estado do Rio Grande do Norte, ou sobre essas Escolas Normais de Pau dos Ferros e Assú, especificamente, recomendamos a leitura de Aquino e Medeiros Neta (2013) e Silva (2011).

As Escolas Normais visavam formar professores para atuar no ensino primário¹⁸, enquanto que, para o ensino secundário, a formação ficava a cargo das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL). Contudo, como as FFCL demoraram a serem criadas no Estado do Rio Grande do Norte, tendo sido a primeira autorizada a funcionar na cidade de Natal, no ano de 1956 (MEDEIROS, 2006), e a segunda, a FAFICIL de Mossoró, apenas em 1965, por um longo período as Escolas Normais existentes no Rio Grande do Norte foram responsáveis por formar também professores para atuarem no ensino secundário.

Assim, nas regiões onde existiam as Escolas Normais, não era difícil encontrar professores formados por essas instituições atuando no ensino secundário, embora fossem graduados para lecionar apenas no ensino primário. Todavia, além desses professores, era comum encontrar também pessoas, ou com formações em outras áreas – tais como: Odontologia, Ciências Jurídicas, Medicina e Farmácia – ou mesmo sem formação superior alguma, contando, às vezes, apenas com o próprio secundário¹⁹ (NONATO, 1968).

Para as aulas de matemática não foi diferente, pois desde o início do século XX já era possível notar certa carência de profissionais para preencher os quadros do magistério secundário, sendo necessário aceitar pessoas formadas em outras áreas para ensinar essa disciplina. Em Natal, por exemplo, tomam posse para ocupar a cadeira de Matemática, entre 1933 e 1941, os professores Lucas Sigano e Sérgio Guedes da Costa, que recebem o título de “doutores”, sendo, portanto, juristas, médicos e/ou dentistas, pois, nesse período, no Brasil, eram as únicas áreas a receberem esse tratamento; e o monsenhor Alfredo Pegado de Castro Cortez, que, sendo clérigo, possivelmente tivesse formação em Filosofia²⁰. Em Mossoró, até a década de 1940, são exemplos disso os professores Aprígio Soares da Câmara, que ensinou matemática no Diocesano, foi também professor da Escola Normal e era formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Escola de Direito de Recife; Públio Lopes Filho, que ensinou no início da década de 1940 nos Colégios Diocesano de Santa Luzia e Sagrado Coração de Maria, sem possuir, até então, uma formação superior, tendo feito o seu primário no “Trinta de Setembro” e o secundário em Fortaleza; e João Minho de Oliveira, que ensinou no

¹⁸ Para compreender melhor sobre os diferentes níveis de ensino tratados nesse texto e os contextos de suas criações, novamente recomendamos a leitura do texto “*Brasil, Rio Grande do Norte, Mossoró: uma versão histórica sobre a dinâmica da formação de professores (de matemática)*”.

¹⁹ Nos arquivos encontrados no CDS, em Caicó, é possível ver, nas listas dos professores que atuaram nessa instituição, a presença de bacharéis em Direito, Ciências Econômicas, Administração e Medicina, além de alunos de cursos dessas áreas, Ciências Contábeis, Estudos Sociais ou, ainda, de pessoas apenas com o 2º grau ou o científico (a depender do período) (*Registros AA, AB, AC e AD no Tomo Travessias*); além desses, no Livro de Registro de Títulos da Escola Normal Primária de Mossoró, do ano de 1922, e da Escola Normal de Natal, dos anos de 1933 e 1941, há o registro de inúmeros Bacharéis e “Doutores” – títulos dados, à época, a médicos, dentistas e juristas (dos *Registros AF ao AL no Tomo Travessias*).

²⁰ Ver os Registros dos Professores da Escola Normal de Natal (*Registros AJ, AK e AL no Tomo Travessias*).

Diocesano sem nenhuma formação superior (NONATO, 1968; SILVA, 1984).

Essa realidade persiste por um longo período, pois, anos mais tarde, mesmo na segunda metade do século XX, vários professores passam a ensinar matemática sem formação específica para isso. Em Patu, no Ginásio Comercial de Patu – criado em 1959 e, no período, um dos mais importantes da região –, os quatro professores registrados para lecionar matemática, entre 1969 e 1972, não possuem formação superior específica, lecionando ou com registro na Secretaria do Estado, ou por ter realizado o exame de suficiência ou, ainda, a título precário até que ocorresse algum curso²¹. Em Caicó, nos anos de 1956 e 1957, respectivamente, a “irmã Elisabet” e o “Pe. João Agripino” prestam exame de suficiência para lecionar matemática²²; anos mais tarde, entre as décadas de 1970 e 1980, há professores de matemática que atuam no Colégio Diocesano Seridoense possuindo como “habilitação” o científico e o “Técnico Comercial”, níveis de formação correspondentes ao atual ensino médio, e o “II Nível de Ciências Contábeis”, o “VII Nível de Estudos Sociais” e o “VI Nível de Administração”²³, correspondentes aos semestres cursados nos respectivos cursos superiores. Em Mossoró, ainda no fim dos anos 1960, é possível perceber essa realidade na Escola Técnica de Comércio União Caixeiral, onde dois professores são empossados para dar aula de Matemática e Estatística: um deles aluno da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), o outro formado em Economia pela Faculdade de Ciências Econômicas de Mossoró (FACEM)²⁴.

Esses casos pontuais da União Caixeiral, contudo, não foram os únicos de Mossoró, pois existiram outros professores atuando no ensino de matemática na cidade, em outras instituições, com formação em Agronomia, Economia e Engenharia Civil²⁵. Além desses, um caso muito conhecido na região é o do professor Joaquim Solon Moura, que ensinou no Diocesano Santa Luzia, no Sagrado Coração de Maria, na Escola Normal de Mossoró e na União Caixeiral – onde ainda exerceu a função de Diretor –, não possuindo nenhuma formação superior e, apesar disso, tendo ficado muito conhecido na cidade como um dos maiores professores de matemática que o município já teve (NONATO, 1968; SILVA, 1984).

Nesse período, já após os anos 1950, esse *déficit* de professores com formação para lecionar era sentido não só no ensino secundário, mas também no ensino primário, apesar de,

²¹ Ver as relações dos Professores do Ginásio Comercial de Patu (*Registros CJ, CK e CL* no Tomo Travessias).

²² Ver as publicações nº 106 e 150 do Jornal *A Folha* (*Registros BF e BH*) no Tomo Travessias, que notificam a ida de professores a Natal para prestarem exames de suficiência.

²³ Ver os Quadros Demonstrativos dos Professores do CDS (dos *Registros A ao AD* no Tomo Travessias).

²⁴ Ver os Termos de Posse desses professores (*Registros AN e AO* no Tomo Travessias).

²⁵ É possível encontrar na *Documenta* (1967, p. 25-28) referência a professores com essas formações que ensinaram matemática na cidade.

na década de 1960, existir uma rede de instituições formadoras de professores primários espalhadas pelo Estado do RN, composta por três Centros de Educação e 16 Escolas Normais de nível ginásial. O número de alunos formados por essas instituições era insuficiente para a demanda existente no estado, no período; no ano de 1962, por exemplo, havia 3.911 professores atuando no ensino primário, em um cenário que apontava para a necessidade de ter 5.580 professores trabalhando nessas salas de aula, ou seja, apresentava uma falta de 1.669 professores. Devido a essa realidade, um grande número de pessoas se tornou professor sem possuir formação específica para lecionar no nível de ensino para o qual havia sido designado, ficando conhecidos como “professores leigos”²⁶. Nesse cenário do ano de 1962 – retomando o exemplo e ratificando que se trata apenas do ensino primário –, dos 3.911 professores em atuação, apenas 666 eram diplomados e outros 1.785 não tinham nenhum tipo de vínculo com o Estado, trabalhando como diaristas, sem nenhum tipo de preparação²⁷.

A existência do grande número de professores leigos atuando no ensino primário em todo o RN, na década de 1960, impulsionou o Estado a criar um curso sistemático e de formação emergencial, que ficou conhecido como Curso de Treinamento para Professores Leigos. Esse curso ocorreu em três etapas, sendo a primeira em 1963 e a última em 1965, e foi realizado com recursos do Estado, da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), do MEC e da *United States Agency for International Development* (USAID). Esses órgãos investiram mais de dezesseis milhões de cruzeiros, distribuídos entre despesas com corpo docente, administrativo, os alunos do curso e as despesas gerais (GUTIERRE, 2008).

A primeira e a segunda etapas desse Curso de Treinamento ocorreram nas cidades de Mossoró, Natal, Caicó, Pau dos Ferros, Martins, Angicos, São José do Mipibu e Santa Cruz. Para a primeira etapa, o Centro de Treinamento e Pesquisas Educacionais (CEPE) havia previsto uma presença de 1.270 professores “leigos” e, na segunda, estimou-se uma presença de 1.000 professores. A terceira etapa era prevista para acontecer apenas nas cidades de Mossoró, Caicó e Natal, contudo, aconteceu também em Pau dos Ferros²⁸; nesta etapa foi previsto um atendimento a 736 professores leigos. Assim, a Secretaria de Estado da Educação e Cultura (SEEC) pretendia capacitar 3.000 “professores leigos” de todo o Estado. Esse curso assumia maior responsabilidade nesse cenário devido a Lei estadual 3.161 de 1964, que

²⁶ Para outras informações sobre os professores leigos e as políticas brasileiras em torno desses professores, ver os trabalhos de Vighi (2008, 2010).

²⁷ Esses dados podem ser acessados na *Documenta* 43 (*Registro CT* no Tomo Travessias), que apresenta um estudo sobre a situação do ensino no Rio Grande do Norte.

²⁸ Ver o relatório da 3ª etapa em Pau dos Ferros e as listas dos 193 alunos inscritos nessa etapa (*Registros BV, BW, BZ, CA, CB, CC e CD* no Tomo Travessias).

estruturava o quadro do magistério, pois era dada uma gratificação de 10% aos professores que participassem desses cursos e, para os que concluíssem as três etapas, era garantida a efetivação no Estado como Regente de Classe do Ensino Primário, com todos os direitos garantidos²⁹.

Em Mossoró, Natal, Pau dos Ferros e Santa Cruz, o curso foi realizado majoritariamente por mulheres das mais diversas cidades vizinhas a essas, com a frequência de professores-alunos tanto da zona urbana quanto de zona rural, cabendo ressaltar que muitos desses cursistas possuíam apenas o primário como grau de escolaridade. Em Pau dos Ferros, por exemplo, dos 193 alunos que fizeram a terceira etapa do curso, apenas duas alunas tinham o ginásial incompleto (uma cursou até o 2º ano e outra até o 3º ano), os demais possuíam apenas o primário, com três dos alunos tendo esse nível incompleto³⁰.

Vale ressaltar que apesar de ter acontecido essa versão mais sistemática do Curso de Treinamento para Professores Leigos nesses três anos, esses não foram os primeiros e tampouco os últimos a serem realizados, pois em 1959 – pelo menos – esses cursos já haviam iniciado no estado, tendo acontecido outra versão no ano de 1960 e ainda em 1967³¹. A Lei estadual 3.185 de dezembro de 1965 que regulamenta a estrutura da educação no RN, tratando do magistério entre os artigos 153 e 158, prevê no artigo 154 que os documentos exigidos para o professor ser efetivado na categoria de “Regente de Classe do Ensino Primário” eram os “certificados de conclusão dos cursos primário e de treinamento promovido pelo Estado”³².

A necessidade de dar alguma formação adequada aos professores leigos não foi sentida apenas no Rio Grande do Norte, mas em todo o país, o que levou a União a tomar uma série de medidas nesse sentido, criando campanhas, órgãos e instituições com essa finalidade, visando também, e como consequência, à melhoria do nível da educação³³.

No Rio Grande do Norte, ainda na década anterior, em 1950, já havia começado a

²⁹ Ver as publicações nº 94, 101, 145, 157 e 197 do Jornal *A Folha*, Registros BP, BQ, BT, BU e BV no Tomo Travessias, que notificam a realização do Curso de Treinamento para Professores Leigos entre 1963 e 1965.

³⁰ Ver as listas de alunos que frequentaram o curso de treinamento nas cidades de Natal, Mossoró, Pau dos Ferros e Santa Cruz e as fotos das aulas do curso de Pau dos Ferros (Registros CE, CF, CG e CH) no Tomo Travessias.

³¹ É possível conferir, no Tomo Travessias, as edições nº 261, 281 e 265 do Jornal *A Folha* sobre cursos de treinamentos que aconteceram no ano 1959 nas cidades de Natal, Caicó e Mossoró; as edições 354 e XX trazem a previsão de realização desses cursos no ano de 1960; e a edição 303-ano XIII a previsão de realização dos mesmos cursos no ano de 1967 (Registros BJ, BK, BL, BM, BN e BY). Vale ressaltar que o Jornal *A Folha* começou a ser publicado em 1954 e circulou até 1967 – dos quais não tivemos acesso apenas às edições publicadas em 1966 e algumas de 1967. É possível perceber a preocupação dos diretores do jornal (vinculado à Diocese de Caicó) com publicações relacionadas à educação. Acreditamos fortemente que até o ano de 1967 os cursos de treinamento realizados pelo Estado foram apenas os que citamos.

³² A Lei da qual tratamos foi publicada na íntegra na *Documenta* 48 de março de 1966, os artigos que tratam especificamente do magistério podem ser acessados no Tomo Travessias (Registro CU).

³³ A notícia sobre um programa de treinamento para professores do ensino médio foi publicada na *Documenta* 59 de 1966; acessar notícia na íntegra nos Registros CV no Tomo Travessias.

acontecer alguns cursos também para tentar suprir um pouco dessa defasagem na formação dos professores que atuavam/atuariam no ensino secundário. No ano de 1956, por exemplo, um grupo de professores de Caicó foi realizar, no mês de janeiro, um curso de aperfeiçoamento para professores do ensino secundário em Natal para, em seguida, se submeterem aos exames de suficiência. Neste grupo estava como professora de matemática a irmã Elisabet, do Ginásio Santa Terezinha, que foi aprovada no exame de suficiência; no ano seguinte, 1957, o padre João Agripino Dantas, do Ginásio Diocesano Seridoense, também se submeteu à prova na área de matemática³⁴.

No cenário nacional, no início dos anos de 1950 vivia-se o governo de Getúlio Vargas que pregava a modernização e a industrialização e, para isso, defendia completar as competências do Ensino Médio. Desse modo, era necessário treinar os professores “leigos”, criando assim inúmeras campanhas com essa finalidade, dentre as quais se destaca, pela relevância e independência financeira e administrativa, a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES), criada em 1953 (BARALDI; GAERTNER, 2013).

Entre as décadas de 1950 e 1960, a CADES teve uma atuação importantíssima no ensino secundário em todo o Brasil, nas mais diversas áreas. Na formação de professores para atuar no ensino de matemática, em particular, mostrou-se especialmente importante de Norte a Sul do País, pois nas mais diversas regiões a formação superior específica para o ensino de matemática mostrou-se tardia e insuficiente para a necessidade, não nas capitais (onde, normalmente, os cursos chegaram primeiro) mas, sem dúvida, no interior (BARALDI; GAERTNER, 2013).

No Rio Grande do Norte, houve pelo menos uma edição desses cursos da CADES, que ocorreu no ano de 1963 em Natal, da qual participaram os professores que ensinavam nas três instituições que ofereciam ensino secundário em Caicó³⁵.

Contudo, apesar desses cursos, ainda havia um *déficit* muito grande de professores do secundário com alguma formação para lecionar e uma das áreas mais afetadas pela falta de professores era a de ciências, cujo número de professores com alguma formação era muito baixo. Em 1965, “a maioria do professorado do Ensino Médio (60%) não detinha diploma universitário, outros eram normalistas (20%), enquanto cerca de 20% improvisavam, sem formação de qualquer tipo” (ABRANTES, 2008, p. 177).

³⁴ Ver as publicações nº 99, 106 e 150 do Jornal *A Folha, Registros BE, BF, BG e BH* no Tomo Travessias, que notificam a realização desse curso, a presença desses professores, a aprovação da professora irmã Elisabet e a realização da prova do professor padre João.

³⁵ Ver as publicações nº 101-Ano X do Jornal *A Folha, Registro BR* no Tomo Travessias, que divulga a participação dos professores de Caicó no curso da CADES do ano de 1963.

Isto posto, além da atuação da CADES, outra medida tomada pelo governo para melhorar a qualificação dos professores, elevar o nível do ensino secundário e a produção científica foi a criação de seis centros para formar professores para as diversas regiões do Brasil. Com isso, foram criados os CECIs: Centro de Ensino de Ciências do Nordeste (CECINE, instalado em Recife); Centro de Ensino de Ciências da Bahia (CECIBA, instalado em Salvador); Centro de Ensino de Ciências de Guanabara (CECIGUA, instalado no Rio de Janeiro); Centro de Ensino de Ciências de Minas Gerais (CECIMIG, instalado em Belo Horizonte); Centro de Ensino de Ciências de São Paulo (CECISP, instalado em São Paulo); e o Centro de Ensino de Ciências do Rio Grande do Sul (CECIRS, instalado em Porto Alegre).

Os CECIs foram instituídos pelo MEC, mas este órgão não foi o executor direto dos programas, o que ficou a cargo de agências regionais, cumprindo a ele prover recursos financeiros e técnicos para desenvolver a educação e a ciência. Por seus objetivos e por ter sido experimental, criado seis meses antes dos demais, o CECINE conseguiu financiamento de agências importantes para o seu funcionamento como a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), a SUDENE, e a Fundação Ford. Assim, possuindo recursos financeiros para funcionar tranquilamente, o CECINE passou a oferecer cursos para formar professores nos oito estados do Nordeste³⁶.

Sobre os cursos da área de Matemática, o CECINE ofereceu uma capacitação para professores em dezembro de 1965³⁷, quando o centro “encaminhou para a UFRN informações e ficha de inscrição para o curso de verão de Matemática que ocorreria em fevereiro de 1966. Tal curso teria lugar em Salvador, Bahia, e propunha-se a abordar tópicos de Matemática Moderna”. Entretanto, não se têm notícias de alguém da UFRN ter participado desse curso oferecido pelo CECINE, pois nesse período ainda não existia o Instituto de Matemática na Universidade, e os professores da “Escola de Engenharia estavam muito mais preocupados em realizar aprofundamentos em assuntos relativos à matemática aplicada” (BRITO; CRUZ; FERREIRA, 2006, p.96). Além desse momento intensivo, o CECINE ofereceu ainda outro curso, com duração mais longa, nos anos de 1967 e 1968, que capacitou pelo menos dois professores do Rio Grande do Norte, um de Natal e outro de Mossoró³⁸, também seguindo a

³⁶ Esses dados também podem ser encontrados no relatório da UNESCO de 1968, “National Center for Research and Development in Science Teaching”. (UNESCO, 1968).

³⁷ Ver o documento do CECINE encaminhado à UFRN sobre o curso intensivo (*Registro AX* no Tomo Travessias).

³⁸ Ver o Certificado de participação e o Termo de Posse da função de professor de Matemática na Escola União Caixeiral do professor Raimundo de Freitas Melo (*Registro AN e AR* no Tomo Travessias). O segundo professor ao qual fazemos referência é o professor Evaldo Rodrigues de Carvalho, que recorda que o curso era dado dentro das concepções da Matemática Moderna (GUTIERRE, 2008).

perspectiva da Matemática Moderna³⁹.

Além dos financiamentos já mencionados, o CECINE recebeu muitos recursos vindos de fundações americanas para financiar seus cursos, como, por exemplo, da Fundação Rockefeller, instituição americana que visa, dentre outras coisas, colaborar com a educação em países estrangeiros. O centro beneficiou-se, ainda na década de 1970, dos acordos entre o MEC e a USAID – os famosos acordos MEC/USAID –, neste caso, voltados ao financiamento para a formação de professores nos cursos de Licenciatura de Curta Duração que estavam sendo criados.

Os cursos de Licenciatura de Curta Duração, que também receberam fartos recursos desses acordos, distinguiram-se dos cursos de Licenciatura Curta criados no final da década de 1960. Esses últimos, devido à grande necessidade de pessoas com formação para atuarem no ensino, tinham como objetivo graduar em curto prazo um número maior de professores para atuarem no Ensino Médio. Entretanto, nem a criação dessa modalidade de formação, nem os exames de suficiência, que vigoravam desde 1946, foram ainda suficientes para suprir a demanda do constante crescimento das escolas com cursos ginásiais e colegiais no país. Nesse mesmo período, o Conselho Federal de Educação (CFE) autorizou o funcionamento de ginásios polivalentes, ou ginásios direcionados para o trabalho, que funcionariam com cursos técnicos em nível ginásial, e delegou ao Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio (PREMEM) a tarefa de realizar a construção de espaços adequados para essas novas escolas, entre 1968 e 1972.

O PREMEM, criado pelo decreto 63.914, de 28 de dezembro de 1968, tinha como objetivo “incentivar o desenvolvimento quantitativo, a transformação estrutural e o aperfeiçoamento do ensino médio”⁴⁰, e seria mantido com recursos públicos, federais e estaduais, e fontes internas e externas extraorçamentárias. No seu regulamento de criação previa-se, entre outras ações, que o programa seria responsável por administrar os projetos nacionais que visassem o treinamento e aperfeiçoamento de todos os professores para o ensino médio, além de construir um ginásio polivalente modelo em cada uma das capitais brasileiras, instalar e manter centros de treinamentos de professores de ciências, selecionar bolsistas para realizarem aperfeiçoamentos no exterior e organizar serviços de assistência técnica educacional.

Esses novos cursos do PREMEM pretendiam formar professores para atuar no ensino

³⁹ Para maiores informações sobre esse Movimento, recomendamos ver Valente (2008) e Souza e Garnica (2013).

⁴⁰ O decreto de criação do PREMEM foi publicada na íntegra na *Documenta* 96 de dezembro de 1968 e pode ser acessado no Tomo Travessias (*Registro CW*).

de Ciências e Matemática em tempo recorde. O curso ocorria num período de 204 dias, ou 34 semanas de trabalho, para cumprir a carga de 1.600 horas/aula, e eram previstas para acontecer diariamente 8 horas/aulas, pela manhã e à tarde e, caso necessário, poderiam se estender até à noite. Os alunos recebiam uma bolsa para se manter e se dedicar integralmente ao curso, em contrapartida teriam o compromisso de voltar a seus Estados para lecionar nos ginásios vocacionais e atuar em qualquer uma das instituições indicada pelo programa, por um período de, pelo menos, dois anos.

No Nordeste, foi em 1971 que “o PREMEM fechou convênio com a Universidade Federal de Pernambuco para a realização de um Curso de Licenciatura em Ciências e em Matemática” (MELO, 1982, p. 17) para formar 120 licenciados, com o objetivo de prover os ginásios polivalentes das capitais de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe, Alagoas, Paraíba, Ceará, Maranhão, Piauí, Amazonas, Pará, Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal – vale lembrar que os estados de Goiás e de Mato Grosso ainda não haviam sido divididos.

Na UFPE, o CECINE foi o órgão responsável pela realização desses cursos. Esse acordo entre a UFPE, o CECINE e o PREMEM (posterior PREMEN) foi renovado até 1976, formando um total de 755 pessoas⁴¹. Do Rio Grande do Norte, foram 62 professores formados pelo curso de Licenciatura de Curta Duração desses programas, realizado pelo CECINE (MELO, 1982, p. 17); desses, 21 se formaram no ano de 1974, 04 no ano de 1975 e 05 em 1976⁴². Em Caicó, no Colégio Diocesano Seridoense, por exemplo, pelo menos dois professores possuíam, como habilitação para lecionar, o curso de Licenciatura de Curta Duração oferecido pelo CECINE e, desses, um ensinava matemática⁴³.

Nesse período, a década de 1970, esses não foram os únicos cursos emergenciais criados a partir das políticas do Governo Federal para formar professores que contemplaram o Estado do Rio Grande do Norte. Outro projeto da Federação que teve inserção no Estado e formou um grande número de “professores leigos” para atuarem no ensino primário foi o Logos, que visava formar professores ao nível do atual ensino médio, com uma formação equivalente a do magistério, ofertada à época.

O projeto Logos foi desenvolvido em dezenove estados, executado em duas etapas, conhecidas como Logos I e II: a primeira etapa, experimental, tinha o objetivo de verificar a eficácia da realização do curso, bem como a dos materiais e métodos utilizados; já o Logos II

⁴¹ Ver ata de conclusão da primeira edição do curso e lista das cinco turmas concluintes do curso de Licenciatura de Curta Duração em Ciências e Matemática no Tomo Travessias (*Registros CM, CN, CO, CP, CQ e CR*).

⁴² Nos documentos que listam os concluintes desses cursos, não consta a divisão dos formados por estados nos anos de 1972 e 1973.

⁴³ Ver os Quadros Demonstrativos dos Professores do CDS (*Registros X, Y e Z no Tomo Travessias*).

foi a etapa de expansão do projeto, momento em que ele foi desenvolvido nacionalmente, executado pelo Centro de Ensino Técnico de Brasília (CETEB), ao qual o MEC havia dado a responsabilidade, em um primeiro momento, de produzir o material a ser utilizado e, num segundo momento, de realizar o curso. “O projeto Logos II foi implantado em 17 Estados brasileiros e atendeu a 50.000 alunos, segundo o próprio CETEB (1988), diplomando a 70% deles” (ALONSO, 1996, p.60).

O Rio Grande do Norte foi um dos estados a participar e formar professores pelo projeto Logos II. A região do Seridó, a título de exemplo, teve professores capacitados nos municípios de Acarí, Cerro Corá, Carnaúba dos Dantas, Cruzeta, Currais Novos, Florânia, Lagoa Nova e São Vicente, em que participaram pelo menos 250 docentes⁴⁴.

Essas formações aconteceram já no contexto da Lei nº 5.692/71, edição alterada da primeira LDB, que exigia formação superior para atuar como professor. A Lei previa também a possibilidade de FFCLs realizarem exames de suficiência nas regiões onde não existisse corpo docente qualificado e suficiente para isso. No Rio Grande do Norte, a FFCL de Natal foi credenciada para realizar os exames de suficiência em 1964, conforme parecer 255/64 do MEC⁴⁵, e para o interior do estado, por um longo período, esse registro é dado aos aprovados no exame de suficiência que habilita professores para lecionarem matemática até mesmo depois da implantação da Lei 5.692/71, pela ausência de cursos superiores para formar professores na área⁴⁶.

É nesse contexto de necessidade de formar docentes e de criar múltiplas vias de acesso a algum tipo de preparação para o magistério que começam a ser instalados os cursos superiores de formação específica de professores de matemática no RN. O primeiro deles, criado no ano de 1966, foi o curso de Licenciatura em Matemática da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Natal, mantida pela Fundação José Augusto. No ano de 1968, pelo Decreto Federal nº 62380, essa Faculdade foi incorporada pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – que havia sido criada em 1958, a partir da junção de outras Faculdades e Escolas Superiores existentes em Natal, como a de Farmácia e Odontologia, de Direito, de Medicina, de Engenharias, entre outras –, sendo desmembrada em Instituto de Ciências Humanas, Instituto de Letras e Artes e Faculdade de Educação.

Após esse ato, o curso de Licenciatura em Matemática passou a fazer parte do Instituto

⁴⁴ Ver Levantamento de Professores que Participaram do Logos II – Seridó (*Registro AP* no Tomo Travessias), feito pelo, à época, 8º Núcleo Regional de Educação.

⁴⁵ Ver parecer na íntegra, publicado na *Documenta* 31, de novembro de 1964, no Tomo Travessias (*Registro CS*).

⁴⁶ Ver no Tomo Travessias as Autorizações para lecionar Matemática na região de Mossoró (*Registros AS, AT, AU e AV*), os Quadros demonstrativos do corpo docente do CDS (*Registros A ao AD*) e a relação dos professores do Ginásio Comercial de Patu (*Registros CJ, CK e CL*).

de Matemática que havia sido fundado também no ano de 1966 e já fazia parte da estrutura da UFRN, o que ocasionou uma divisão nas disciplinas: as de caráter específico seriam ministradas pelos professores do Instituto de Matemática, ao passo que as de caráter pedagógico ficaram a cargo dos professores da Faculdade de Educação. “A única disciplina de interface era Prática de Ensino de Matemática, ministrada na época pelo professor adjunto João Faustino Ferreira Neto” que, em novembro do ano de 1970, “coordenou o Seminário sobre o Ensino da Matemática Moderna realizado na Faculdade de Educação” (BRITO, 2002, p. 2).

Segundo o relatório do diretor da Faculdade de Educação, relativo a 1972, estavam “matriculados nesse ano treze alunos no Curso de Licenciatura em Matemática, e no período compreendido entre os anos de 1968 e 1971, o número de concluintes em tal curso foi de vinte alunos” (BRITO, 2002, p. 2).

Em 1973 é criado o primeiro curso dessa natureza no interior, na cidade de Mossoró, o curso de Licenciatura em Matemática da FURRN, hoje Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), que começa a funcionar em 1974. Nesse mesmo ano são regularizados os cursos de Licenciatura Curta, com a Resolução nº 30 do CFE, que fixou o currículo mínimo do curso de Licenciatura Curta em Ciências que seria, a partir de 1978, a única modalidade de formação superior na área, na qual, de acordo com essa regulamentação, os professores de Ciências e Matemática, de 5ª a 8ª séries do 1º grau, se formariam exclusivamente por meio dos cursos de Ciências, podendo complementar a formação para atuar como professor no 2º Grau com uma habilitação específica em Matemática, Física, Química e/ou Biologia⁴⁷.

Devido a isso, apenas no ano de 1981 o curso de Matemática da FURRN é transformado em Licenciatura Curta em Ciências com habilitação em Matemática (COSTA, 2010), e os outros dois cursos criados próximo a esse período no interior do Estado são também instituídos nesse formato, sendo o primeiro do ano de 1979 e o segundo de 1980, nas cidades de Caicó e Patu, respectivamente.

Em Patu, podemos constatar que até a década de 1980 o número de professores com formação superior específica para o magistério, em qualquer área, era ainda muito reduzida, pois, ao justificarem a instalação do *campus* da FURRN naquela cidade, afirmavam sobre a existência de 24 sujeitos com formação superior, dentre os quais havia apenas quatro

⁴⁷ Essa resolução foi publicada na íntegra na *Documenta* 171 de fevereiro de 1975 e pode ser acessada no Tomo Travessias (*Registro CZ*).

pedagogos e mais nenhum outro licenciado⁴⁸.

Sobre os cursos, ao contrário do da FURRN de Mossoró, que é criado como Licenciatura em Matemática e transformado em Licenciatura em Ciências, o curso de Caicó é fundado já como Licenciatura em Ciências e, em 1985, pela Resolução nº 089/85 da UFRN, é transformado em Licenciatura Plena em Matemática, “com estrutura curricular idêntica à do Curso de mesmo nome oferecido pelo Centro de Ciências Exatas e da Terra - CCET, no *Campus Central*” (DAMASCENO, 2002), ou seja, com a mesma estrutura do curso de Natal.

O reconhecimento do curso de Licenciatura em Matemática da UFRN é expedido pelo Decreto Federal nº 79372/1977, conforme parecer apresentado no ano de 1976. À época, o curso tinha uma carga horária de 2.835 hora/aulas, das quais não chegava a 1/8 a parte reservada para formação pedagógica; além disso, o curso tinha um corpo docente já bem estruturado e apresentava boas condições físicas para funcionamento, contudo, possuía um acervo bibliográfico desatualizado e aquém das reais necessidades do curso. Havia, porém, a previsão de atualizarem os livros e periódicos durante o período de 1976 a 1979⁴⁹. Apesar de avaliarem para o reconhecimento apenas o curso de Natal, esse mesmo reconhecimento era válido para o regular funcionamento do curso de Licenciatura em Ciências com habilitação em Matemática (posteriormente Licenciatura em Matemática) do *Campus* de Caicó, à época.

O mesmo acontece para o curso de Patu, que também é “reconhecido” a partir do reconhecimento emitido para o curso de Licenciatura em Ciências da FURRN de Mossoró, emitido pela Portaria Ministerial nº 406/87. O curso de Mossoró, que foi avaliado para reconhecimento, contava, no período, com uma boa estrutura física para seu funcionamento, assim como com um suporte bibliográfico extenso e adequado. O curso completo funcionava em 8 semestres, dividido em duas partes, sendo a Licenciatura Curta em Ciências feita em 5 semestres e a habilitação plena em Matemática nos 3 restantes; além disso, o corpo docente desse curso também já era bem estruturado, contando com 19 professores, dos quais 4 eram mestres e outros 14 especialistas⁵⁰. Alguns anos mais tarde, esses cursos de Ciências da FURRN também são transformados em Licenciaturas Plenas em Matemática. O de Mossoró volta a funcionar nesse formato em 1993 e o de Patu passa a funcionar assim a partir de 2006, período em que já está sendo constituída uma extensa rede de formação superior de

⁴⁸ No documento consta que as 24 pessoas são formadas nas seguintes áreas: farmacêuticos (5), médicos (5), advogados (4), pedagogos (4), odontólogos (2), economista (1), veterinário (1), engenheiro civil (1) e agrônomo (1). Ver o *Registro DD* na íntegra no Tomo Travessias.

⁴⁹ Os pareceres sobre o pedido de reconhecimento desse curso foram publicados na íntegra nas *Documenta* 179 e 193 de 1976, as partes desses pareceres referentes ao curso de Licenciatura em Matemática podem ser acessados no Tomo Travessias (*Registros DA e DB*).

⁵⁰ O parecer favorável sobre o pedido de reconhecimento desse curso foi publicado na íntegra na *Documenta* 317 de 1987, pode ser acessado no Tomo Travessias (*Registro DC*).

professores de matemática no Rio Grande do Norte e no Brasil⁵¹.

Contudo, antes da ampliação dessa rede de formação, esses quatro primeiros cursos tiveram grande importância na formação de professores de matemática para o Estado do Rio Grande do Norte, atuando cada um numa região específica. O curso de Patu, a título de exemplo, passa a formar professores de matemática para cerca de 21 municípios, tanto do RN quanto da Paraíba (DUTRA, 2010), algo similar ao que também ocorreu com o curso de Caicó que, já no ano de 1987, abrangia cerca de 12 municípios, chegando a atender também a Paraíba⁵². Assim, por um longo período, esses passam a ser os principais meios de formação (em nível de graduação) de professores de matemática em todo o estado.

Considerações

A partir das pesquisas e narrativa aqui apresentadas, é possível considerar que conseguimos alcançar nosso objetivo geral de elaborar uma versão histórica sobre a formação e atuação dos professores que ensinavam matemática no Rio Grande do Norte, com foco nos processos formativos que ocorreram antes e durante o período de criação dos quatro mais antigos cursos superiores que habilitavam professores em Matemática nesse Estado – criados entre 1966 e 1980.

Apontamos, sem intenção alguma de generalizar a narrativa, que o processo de formação de professores que ensinavam matemática nesse Estado e contexto deu-se, majoritariamente, atrelados ao aspecto da falta de profissionais com alguma qualificação. Devido a isso, grande parte dos professores que lecionavam essa disciplina no Estado eram professores que não possuíam formação específica para o magistério e, quando possuíam alguma formação, eram em áreas afins. Vale ressaltar também a forte presença de professores padres, notadamente nas instituições confessionais do estado, mas não apenas nessas.

Posta a existência dessa grande demanda, muitos foram os cursos emergenciais que surgiram para suprir a necessidade de formação, seja para a atuação no ensino primário (como o Curso de Treinamento para Professores Leigos e o Logos) seja para a atuação no nível do ensino ginásial ou secundário (como a CADES e os cursos do CECINE). Somente a partir da década de 1960 é que, no estado, inicia-se o processo de criação e implementação dos cursos

⁵¹ Em pesquisa na página do e-MEC do Ministério da Educação (<http://emec.mec.gov.br/>), que apresenta as instituições de ensino superior e cursos nesse nível cadastrados em todo o Brasil, encontramos que no ano de 2016 havia 14 instituições oferecendo o curso de Licenciatura em Matemática no Rio Grande do Norte, presencial e a distância.

⁵² Ver a Área de abrangência do curso de Matemática do *Campus* de Caicó (*Registro AQ* no Tomo Travessias), encontrado no Relatório de Atividades do CERES de 1987.

em nível superior para habilitar profissionais para atuar nessa área específica, sendo criados, até o ano de 1980, os quatro cursos em nível superior que buscariam atender as demandas não apenas do RN como também dos estados vizinhos.

A narrativa aqui apresentada aponta e corrobora a realidade vivenciada em outras regiões do país, tratando do mesmo período ou situações equivalentes, quando os signos da carência e urgência são apresentados como os fortes condutores do processo de formação de professores para atuarem no ensino de matemática em nosso país, como tem apontado inúmeros outros trabalhos do Ghoem (GARNICA, 2010, 2016).

Referências

ABRANTES, A. C. S. **Ciência, Educação e Sociedade: o Caso do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (Ibccc) e da Fundação Brasileira de Ensino de Ciências (Funbec)**. Tese de doutorado do Curso de Pós-graduação em história das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Rio de Janeiro. 2008.

ALBUQUERQUE JR, D. M. **História: a arte de inventar o passado**. Bauru/SP: EDUSC, 2009.

ALBUQUERQUE JR., D. M. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. 4 ed. São Paulo: Cortez; Recife: Massangana, 2011.

ALBUQUERQUE JR.D. M. Raros e rotos, restos, rastros e rostos: os arquivos e documentos como condição de possibilidade do discurso historiográfico. **ArtCultura (UFU)**, v. 15, n. 26, pp. 7-31, 2013.

ALONSO, K. M. Educação a distância no Brasil: A busca de identidade In: Preti, O. (Org.), **Educação a distância: Inícios e indícios de um percurso**. Nead/IE – UFMT. Cuiabá: UFMT, 1996, p. 57-74.

AQUINO, L. C.; MEDEIROS NETA, O. M. O Curso Normal Regional de Pau dos Ferros: a inauguração da formação docente do Alto Oeste Potiguar (1951-1961). In: **Anais - VII Congresso Brasileiro de História da Educação**, 2013, Cuiabá. VII Congresso Brasileiro de História da Educação. Cuiabá: UFMT/SBHE, 2013.

AQUINO, L. C.; STAMATTO, M. I. S. De Escola Normal de Natal a Instituto de Educação Presidente Kennedy (1908-1965): a trajetória de uma instituição de referência na formação de professoras no Estado do Rio Grande do Norte - um lugar genericado. In: **VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação**, 2006, Uberlândia. VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação: Percursos e desafios da pesquisa e do Ensino de História da Educação. Uberlândia: EDUFU, 2006. p. 1411-1421.

ARAÚJO, A. R. M.; MARTINS, D. K. O.; PAIVA, M. M. A Igreja e poder público nas políticas de Educação Básica do Rio Grande do Norte: uma parceria de sucesso em Caicó na década de 1920. In: **Anais**, 2013, Recife/PE. XXVI Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação - ANPAE. Fortaleza/CE: Biblioteca ANPAE, 2013.

BARALDI, I. M.; GAERTNER, R. **Textos e Contextos**: um esboço da CADES na História da Educação (Matemática). Blumenau: Edifurb, 2013.

BARALDI, I. M.; GAERTNER, R. Contribuições da CADES para a Educação (Matemática) Secundária no Brasil: uma descrição da produção bibliográfica. **Bolema. Boletim de Educação Matemática**, v. 23, p. 159-183, 2010.

BOLÍVAR, A.; DOMINGO, J.; FERNANDEZ, M. **La investigación biográfico-narrativa en Educación**: enfoque y metodología. Madrid: La Muralla, 2001.

BRITO, A. J. (Org). Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Natal). **Projeto Pedagógico Licenciatura em Matemática**. Natal: UFRN, 2002. 20 p. PPC - Licenciatura em Matemática UFRN/Natal.

BRITO, A. J.; CRUZ, S. S. L.; FERREIRA, J. P. C. A inserção do Movimento da Matemática Moderna na UFRN. **Diálogo Educacional**. PUCPR. V. 6. (18). p. 91 a 100. maio/agosto. 2006.

BRUNER, J. **Fabricando Histórias**: Direito, Literatura, Vida. São Paulo: Letra e Voz, 2014.

BRUNER, J. The Narrative Construction of Reality. **Critical Inquiry**. v. 18, nº 1, p. 1-21, 1991.

COSTA, L. B. Cartografia: uma outra forma de pensar. **Revista Digital do LAV**, Santa Maria (RS), v. 7, n.2, p. 66-77, mai./ago. 2014.

COSTA, F. H. (Org). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (Mossoró). **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Matemática**. Mossoró: UERN, 2010. 154 p. PPC - Licenciatura em Matemática UERN/Mossoró.

DAMASCENO, A. F. (Org). Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Natal). **Projeto Pedagógico do curso de Licenciatura em Matemática**. Natal: UFRN, 2002. 23 p. PPC - Licenciatura em Matemática UFRN/Caicó.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Introdução: Rizoma. In: **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia. (Volume 1) Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. p. 10 – 39. (Tradução de Aurélio Guerra Neto).

DUTRA, M. F. (Org). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (Patu). **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Matemática**. Patu: UERN, 2010. 88 p. PPC - Licenciatura em Matemática UERN/Patu.

GARNICA, A. V. M. História Oral e Educação Matemática. In: BORBA, Marcelo de Carvalho; ARAUJO, Jussara do Lóiola (Org.). **Pesquisa Qualitativa em Educação Matemática**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, v. 1, p. 77 - 98.

GARNICA, A. V. M. Presentificando ausências: a formação e a atuação de professores de Matemática. In: Maria da Conceição Ferreira dos Reis Fonseca. (Org.). **Convergências e Tensões no campo da formação e do trabalho docente**: Educação Matemática (Parte IV -

Coleção Didática e Prática de Ensino). ed. 1. Belo Horizonte (MG): Autêntica, 2010, p. 555-569.

GARNICA, A. V. M. Sobre historiografia: fragmentos para compor um discurso. **Rematec** (UFRN), v. 8, p. 51-65, 2013.

GARNICA, A. V. M. Uma agenda para a História da Educação Matemática no Brasil?. **HISTEMAT. Revista de História da Educação Matemática** (Online), v. 01, p. 104-127, 2015.

GARNICA; A. V. M. **A experiência do labirinto: metodologia, história oral e educação matemática**. São Paulo: UNESP, 2008.

GARNICA, A. V. M. (Org.). **Cartografias Contemporâneas: Mapeando a Formação de Professores de Matemática no Brasil**. 1ed. Curitiba: Appris, 2014.

GARNICA, A. V. M. (Org.). **Oral History and Mathematics Education**. 1ed. Cham (Alemanha): Springer, 2019.

GARNICA, A. V. M.; FERNANDES, D. N.; SILVA, H. Entre a amnésia e a vontade de nada esquecer: notas sobre regime de historicidade e história oral. **Bolema** (Rio Claro), v. 25, nº 41, p. 213-250, 2011.

GARNICA, A. V. M.; SILVA, H.; FERNANDES, D. N. História Oral: pensando uma metodologia para a Educação Matemática. **Anais do V Congresso Internacional de Ensino da Matemática (V CIEM)**. ULBRA, 2010.

GUTIERRE, L. S. **O ensino da Matemática no Rio Grande do Norte (1950-1980): trajetória de uma modernização**. 2008. 150 f. Tese (Doutorado) - UFRN, Natal, 2008.

MAURÍCIO, L. A. **Centro de Ciências: origens e desenvolvimento – uma relação sobre seu papel e possibilidades dentro do contexto educacional**. Dissertação de mestrado em Educação no Instituto de Física/Faculdade de Educação USP, São Paulo. 1992.

MEDEIROS, C. M. L. O programa acadêmico da Faculdade de Filosofia de Natal e a formação de professores no Rio Grande Do Norte (1956-1960). In: **VII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas - HISTED**, 2006, Campinas/SP. Anais do VII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas - HISTED. Campinas/SP: 2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/C/Cristiana%20moreira%20lins%20de%20medeiros.pdf>. Acesso em: 14 de outubro de 2015.

MELO, P. B. **Minhas memórias da Faculdade de Ciências Econômicas de Mossoró**. Mossoró: ESAM/FGD, 1982.

MORAIS, M. B. **Peças de uma história: formação de professores de matemática na região de Mossoró/RN**. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, Rio Claro, 2012.

MORAIS, M. B. **Se um viajante... Percursos e Histórias sobre a formação de professores**

de matemática no Rio Grande do Norte. Tese (Doutorado em Educação Matemática) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, Rio Claro, 2017.

NONATO, R. **A escola do outro tempo (professores de Mossoró).** Mossoró: Coleção O Mossoroense, 1968.

SILVA, D. S. **Educandário da zona urbana de Mossoró; patronos.** Mossoró: ESAM/FGD, 1984.

SILVA, M. C. F. **O Curso Normal de 1º Ciclo em Assú/RN (1951-1971).** Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal (RN), 2011.

SOUZA, L. A.; GARNICA, A. V. M. As Matemáticas Modernas: um ensaio sobre os modos de produção de significado ao(s) movimento(s) no ensino primário brasileiro. **Revista Latinoamericana**, v. 16, p. 369-393, 2013.

UNESCO. **Brazil - National Centre for Research and Development in Science Teaching.** Paris, August 1968.

VALENTE, W. R. Osvaldo Sangiorgi e o Movimento da Matemática Moderna no Brasil. **Revista Diálogo Educacional**, v. 8, n. 25, p. 583-613, set./dez. 2008.

VIGHI, C. S. B. **Professores leigos em escolas rurais:** trajetórias de vida profissional de um passado revisitado. 2008. 133 f. Dissertação (Mestrado) – UFPel, Pelotas, 2008.

VIGHI, C. S. B. Trajetória profissional de docentes leigos em escolas rurais: reflexos de um processo de formação pessoal. In: **Anais do VIII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação da Região Sul – ANPED SUL**, 2010, Londrina. VIII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação da Região Sul – ANPED SUL. Santa Catarina: VRSYS, 2010, p 1-16.

Recebido em: 18 de dezembro de 2019
Aprovado em: 13 de abril de 2020